



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
CLIPPING - JORNAIS IMPRESSOS

Jornal do Dia - SÁBADO, 20 DE JANEIRO :: 2018

MP oferece a oitava denúncia contra Joao e Marlene na Caça-Fantasma

Foi apresentada nesta sexta-feira a oitava denúncia da 'Operação Caça-Fantasma', do Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Estado (MPSE), que investiga a nomeação de servidores comissionados que recebiam sem trabalhar na Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA), entre 2013 e 2016. Desta vez, outros cinco ex-funcionários são acusados pelo crime de peculato em continuidade delitiva: o gráfico Aldsson Santos Lima, a corretora de imóveis Camila dos Santos, a técnica de enfermagem Fernanda Almeida Correia, a desempregada Izabel Cristina da Rocha Santos e a autônoma Josefa Iranilma Silva Boaventura. Além deles, foram denunciados o ex-prefeito João Alves Filho (DEM) e a ex-secretária de governo Marlene Alves Calumbay, que aparecem em todos os outros sete processos apresentados na 2ª Vara Criminal de Aracaju.

Nesta denúncia, o Ministério Público aponta um prejuízo de R\$ 667.175,19, referentes aos salários que foram pagos aos cinco servidores denunciados enquanto eles ocupavam cargos de chefia no Gabinete do Prefeito. O texto da denúncia cita os depoimentos prestados no ano passado pelos cinco acusados. Todos não sabiam dizer qual função exerciam na Prefeitura, e admitiram que não tinham carga horária definida e nem assinavam o ponto, mas recebiam salários de R\$ 6 mil por mês. A conclusão da 'Caça-Fantasma' é a de que os denunciados não tinham qualificação técnica condizente com os cargos que ocupavam e os salários que ganhavam.

Todas as denúncias da Operação Caça-Fantasma apontam que mais de 100 servidores recebiam sem aparecer para trabalhar nas repartições do Município. Elas já foram acolhidas pelo juízo da 2ª Vara, mas ainda estão na fase de instrução. Entre os outros denunciados, está ainda o ex-vice-prefeito José Carlos Machado (PSDB). Até agora, o prejuízo apurado aos cobres públicos passa dos R\$ 2 milhões. O ex-prefeito João Alves Filho não foi ouvido pelo Ministério Público porque mora atualmente em Brasília (DF) e passa por um problema de saúde considerado grave. Os advogados dos outros denunciados negam todas as acusações.